

Monarquia e parlamentarismo

quinta-feira, 1º/9/88 □ 1º caderno □ 3

irão a plebiscito em 93

BRASÍLIA — No dia 7 de setembro de 1993, os eleitores brasileiros deverão dizer, em plebiscito, se preferem a monarquia à república, e o parlamentarismo ao presidencialismo. "Já estamos colocando na prática o plebiscito previsto por esta nova Constituição como uma das formas de afirmação da soberania popular", comemorou o deputado Cunha Bueno (PDS-SP), autor da emenda que introduziu a consulta no texto constitucional. "O povo", acrescentou, "nunca foi consultado sobre a república e, se quiser, então, poderá proclamá-la pelo voto, depois que ela foi imposta por um golpe militar a 15 de novembro de 1889."

Por 344 votos contra, 67 a favor e três abstenções, o plenário da Constituinte rejeitou emenda do deputado Bocayuva Cunha (PDT-RJ), que pretendia suprimir do plebiscito a consulta sobre a monarquia e a república, mantendo apenas a parte referente ao presidencialismo e parlamentarismo. O PC do B, PSB, PDT e PT pronunciaram-se a favor da supressão proposta pelo representante fluminense, mas acabaram vencidos. O único partido de esquerda que votou pela manutenção do texto aprovado em primeiro turno foi o PCB.

Revisão — Também em 1993, o Congresso deverá promover uma revisão da Constituição pelo voto da sua maioria absoluta. Esta determinação já constava do texto. O deputado Darcy Deitos (PMDB-PR) tinha apresentado uma emenda determinando que a revisão deveria ser feita de uma só vez, mas acabou retirando-a, convencido pelos argumentos do relator Bernardo Cabral, de que isso já estava implícito no texto aprovado em primeiro turno.

Em outra votação, o plenário suprimiu do projeto de Constituição todo o artigo 4º do Ato das Disposições Transitórias, que criava uma comissão de transição para propor ao presidente e ao Congresso as medidas legislativas para a consolidação democrática. Segundo o líder do PCB, deputado Roberto Freire, a comissão tornou-se desnecessária já que tinha como finalidade preparar o Legislativo e o Executivo para a implantação do parlamentarismo, que não passou. A emenda supressiva era de autoria dos deputados José Luís Maia (PDS-PI), Marcelo Cordeiro (PMDB-BA) e Victor Buaiz (PT-ES). Foi aprovada por 426 votos a favor, quatro contra e duas abstenções.

Brasília — Júlio Fernandes



Os constituintes são tratados como colegiais que se atrasam para o início das aulas

Ulysses como um bedel às vezes até 'castiga' quem chega atrasado

Tadeu Afonso

BRASÍLIA — Cercado de um cortejo de fotógrafos e cinegrafistas que se atropelam na busca do melhor ângulo, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, sobe lépido à mesa dos trabalhos, aboleta-se em sua cadeira e mal dá tempo para a deputada Raquel Cândido (PDT-RO) concluir o seu discurso. Professoral, Ulysses começa a tratar os constituintes como um bando de colegiais que insiste em se atrasar para o início das aulas: "Já estamos com quinze minutos de atraso. Venham ao plenário para a votação. Vou fazer a chamada."

E é assim que Ulysses, agindo como um bedel, às vezes irritado, outras bem humorado, comanda, durante duas sessões — das 9h às 13h e das 15h30 até quando o fôlego der — 558 "alunos" irrequietos.

Como estudantes atrasados, os constituintes também se atropelam pelos corredores, correndo para chegar ao plenário, conseguir uma cadeira vaga e registrar sua presença. Os retardatários ficam de castigo: todas as cadeiras estão ocupadas e o remédio é entrar na fila em frente à Mesa para registrar sua presença. O painel eletrônico indica apenas 201 constituintes e Ulysses age como um professor irritado e se esquece até de tratar os colegas com "nobres constituintes": "Amigos, companheiros, vamos lutar contra o desperdício. Peço que sejam pontuais".

Na fila — Atarantado, o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, chega correndo e perguntando: "Como é que eu voto? Como é que eu voto?" Alguém lhe diz que é apenas uma verificação de quórum. Resignado, Ibsen entra na fila dos retardatários.

Irrequietos, os constituintes aplaudem quando o painel eletrônico indica que já há 280 presentes e o deputado José Genoíno (PT-SP), um dos turbulentos do plenário, pede a Ulysses que encerre a verificação. "Vou encerrar" — responde Ulysses, que não perde tempo e já anuncia a primeira votação, mas acaba se atrapalhando: "O nobre constituinte 1.163... Digo, o nobre constituinte Renan Calheiros tem um destaque de número 1.163..."

Está instalada assim mais uma "aula" na Constituinte. Calheiros (PSDB-AL) retira seu pedido de destaque e a confusão começa em plenário. Tem gente lendo jornal, conversando, saindo para tomar café, dando entrevista e até assobiando alto: é o deputado José Tavares (PMDB-PR) que não pára quieto e ataca de "Brasileirinho".

O deputado Octávio Elísio (PSDB-MG) que apresentou uma emenda sobre educação, diz que não vai encaminhar seu projeto e é aplaudido. "Códigos, códigos", comanda Ulysses, que logo dá uma bronca: "Tem muita gente de pé. A votação será demorada hoje".

Gritos — Em meio aos gritos de "senta, senta", os "alunos" correm para suas cadeiras. O deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) bobeia e fica sem lugar. Lentamente, caminha para a fila do posto volante mas ainda tem que ouvir: "Senta, Daso, senta Daso."

Numa outra votação, o deputado e pastor evangélico João de Deus (PTB-RS), pede o restabelecimento da censura. Alonga-se e começam os gritos: "Chega, chega". O deputado Lael Varela (PFL-MG) entra em plenário e pergunta para o colega Ricardo Fiuza (PFL-PE): "Sim ou não?" A resposta: "não". E a emenda dos evangélicos é derrubada.

Uma relativa ordem só existe mesmo no instante em que os constituintes estão em suas cadeiras com as duas mãos ocupadas apertando os botões da votação. Mesmo assim, se uma questão é polêmica, o clima é de estádio de futebol. Na votação da reforma agrária, os parlamentares de direita gritavam "não" e os de esquerda respondiam "sim".

Distração — Na pressa de encerrar logo os trabalhos da Constituinte, dezenas de emendas são retiradas, às vezes por pressão do plenário. Outras, por distração, como ocorreu com o senador Fernando Henrique (PSDB-SP), que retirou uma emenda que dava aos estados competência para legislar sobre assuntos da União. Acabou levando uma tremenda bronca do deputado Konder Reis (PDS-SC), relator-adjunto da Constituinte. "Você não podia ter feito isso" — disse Konder.

O plenário está totalmente enfumaçado com tanto cigarro, e um grupo de 360 constituintes apresenta um requerimento pedindo a Ulysses que proíba que se fume ali. Um constituinte corre para o microfone de apartes: "Senhor presidente, eu fumo. Qual a sanção que vai me ser aplicada?" Todo mundo ri e Ulysses prefere esquecer o assunto.

A votação da questão dos dois turnos nas eleições leva mais de duas horas entre tumultos e discursos irados. O PDS, PFL e PDT e largos setores do PMDB comemoram a vitória do turno único. Os "alunos" começam a abandonar a "sala de aulas". Ulysses comanda mais algumas votações e logo anuncia: "Peço para que estejam aqui de volta amanhã às 9h."

Plantador de maconha será expropriado

BRASÍLIA — O dono de terras onde forem localizadas plantações de maconha, coca ou qualquer outro vegetal que sirva à produção de entorpecentes, poderá ter sua propriedade expropriada sem receber qualquer tipo de indenização, além de responder a processo criminal. As terras expropriadas serão destinadas ao assentamento de colonos para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos.

Numa sessão produtiva, a Constituinte aprovou ainda, ontem pela manhã, uma série de normas constantes das Disposições Gerais da nova Constituição. De acordo com outra decisão, os professores universitários das escolas públicas terão garantida a aposentadoria aos 30 anos de serviço (homens) e aos 25 (mulheres). Outro dispositivo aprovado determina que apenas os trabalhadores que recebem até dois salários-mínimos mensais terão direito a receber, anualmente, o benefício do PIS-PASEP, ou seja, um salário-mínimo no mês de aniversário. A redução do número de beneficiados tem como finalidade garantir o pagamento do seguro-desemprego.